



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE

CHAMAMENTO PÚBLICO SIMPLIFICADO

OBJETO: Seleção de interessados na permissão, a título precário, da exploração do serviço público de transporte coletivo urbano e rural no Município de Conselheiro Lafaiete.

ATA DE REUNIÃO

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às 14:00h, os membros da Comissão Permanente de Licitação - CPL, nomeados pela Portaria nº 30/2021, reuniram-se para apreciar e deliberar acerca de impugnação formulada por INOVE AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI em relação ao Edital do Chamamento Público Simplificado, cujo objeto é a Seleção de interessados na permissão, a título precário, da exploração do serviço público de transporte coletivo urbano e rural no Município de Conselheiro Lafaiete.

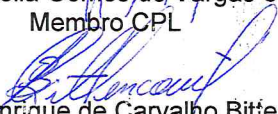
Após deliberarem acerca do mérito da impugnação, conforme termo apartado, os membros da CPL resolveram:

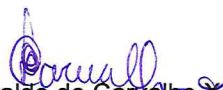
- Verificada a ausência dos pressupostos de admissibilidade, não conhecer a Impugnação interposta por INOVE AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI, conforme termo apartado;
- Apreciar, de ofício, as razões que chegaram ao conhecimento da Administração, e, diante da inexistência de ilegalidade/irregularidade, deixar de proceder com as modificações no Edital pretendidas pelo Impugnante, porquanto descabidas.
- Dar ciência ao Impugnante acerca do inteiro teor desta decisão, via e-mail, publicando-se no site do Município de Conselheiro Lafaiete a ata do julgamento.

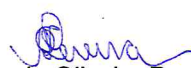
Nada mais havendo a relatar, o Presidente encerrou a reunião, lavrando-se a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.


Alisson Dias Laureano
Presidente da CPL


Isabella Gomes de Vargas e Lima
Membro CPL


Paulo Henrique de Carvalho Bittencourt
Membro CPL


Kenia Beraldo de Carvalho Xavier
Membro CPL


Ana Flávia de Oliveira Pereira
Membro CPL (Suplente)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

CHAMAMENTO PÚBLICO SIMPLIFICADO

OBJETO: Seleção de interessados na permissão, a título precário, da exploração do serviço público de transporte coletivo urbano e rural no Município de Conselheiro Lafaiete.

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

I. Relatório

Trata-se de impugnação interposta por INOVE AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI, protocolizada na data de 11/05/2021, às 14:03 (Processo Externo nº 3405/2021), e encaminhado ao Setor de Licitação às 17:05h, em relação aos termos do Edital do Chamamento Público Simplificado, cujo objeto é a Seleção de interessados na permissão, a título precário, da exploração do serviço público de transporte coletivo urbano e rural no Município de Conselheiro Lafaiete.

A impugnação é focalizada, em apertadíssima síntese, na ausência de *"exigência de qualificação técnica prevista no art. 37, inciso XXI da CF/88"*, o que, de acordo com o raciocínio da Impugnante, causaria *"insegurança jurídica às empresa que tem interesse em participar do certame"*. Nesse sentido, alega-se que *"ao deixar de exigir no credenciamento um atestado de capacidade técnica"*, colocar-se-ia em risco a *"segurança na prestação de serviços"*.

Sustenta-se, ademais, que *"toda concessão de Serviços públicos deverão ser por CONCORRÊNCIA PÚBLICA, fato esse que não observado no Edital do Chamamento Público Simplificado para Seleção de interessados na permissão, a título precário, da exploração do serviço público de transporte coletivo urbano e rural no Município de Conselheiro Lafaiete"*, o que *"viola as disposições do art. 15 da Lei 8.987/95"*.

Ao final, pleiteia-se a suspensão do Chamamento até o julgamento da impugnação, bem como, em sede de mérito, *"seja deferido o pedido de cancelamento deste certame, uma vez apontados e legalmente fundamentado todos os vícios e ilegalidades presentes"*, com a elaboração de novo Chamamento Público.

Subsidiariamente, requer *"que a suspensão do certame seja mantida até que ocorra a retificação do Edital para trazer em seu bojo a exigência de qualificação técnica prevista no art. 37, inc. XXI da CF/88 e adequação as ditames da Lei 8.987/95" (sic)*.

Feito o breve relatório, passa-se à análise e julgamento da impugnação.

II. Do exame de admissibilidade da impugnação

Antes de adentrar na análise da impugnação, deve-se proceder ao exame de admissibilidade, de modo que, acaso não atendidos aos pressupostos legais e editalícios (juízo negativo de admissibilidade), restará prejudicado o conhecimento da impugnação.

Prescreve o instrumento convocatório:

Avenida Prefeito Dr. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, bairro Centro
Conselheiro Lafaiete - MG - 36400-026
Tel. (31) 3769-2533



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

"11. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

11.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, dirigindo-se à Comissão Permanente de Licitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei nº 8.666/93.

11.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a Administração a empresa interessada que não o fizer até o segundo dia útil antes da abertura dos envelopes de habilitação, caso em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

11.3. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o interessado de participar do chamamento público, até o trânsito em julgado da decisão e ela pertinente.

11.4. As Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas, mediante protocolo presencial ou via postal, devendo:

11.4.1. **No caso de protocolo presencial:** ser entregues no Setor de Chamamento da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, sito à Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG, CEP 36.400-026, no horário de 12h às 16h, onde será efetuado o protocolo de recebimento.

11.4.2. **No caso de protocolo via postal:** serem encaminhadas ao Setor de Chamamento da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, sito à Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG, CEP 36.400-026, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, em envelope lacrado contendo, em sua parte externa, a identificação completa do remetente, e, no seu interior, a documentação exigida nos itens 13.6 e 13.7.

11.5. A Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete não admitirá impugnações por meios não previstos neste Edital, tampouco se responsabilizará, no caso de protocolo via postal, por impugnações endereçados e/ou entregues em locais diversos do Setor de Chamamento, deixando de conhecer aqueles que não sejam recebidos no prazo legal.

11.6. Para Impugnação do edital, o interessado ou empresa participante deverá apresentar junto com suas razões, os documentos necessários que identifiquem a empresa ou pessoa física (caso não seja sócio ou proprietário, deverá apresentar procuração registrada no cartório), bem como que identifique suas alegações.

11.7. Deverão ser entregues junto ao pedido de impugnação os seguintes documentos originais, autenticados por cartório, ou cópia



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

simples devidamente acompanhada do original para conferência pelos servidores municipais, em caso de pessoas jurídicas:

11.7.1. Contrato Social e alterações da empresa participante.

11.7.2. Cópia do documento de identidade.

11.7.3. Procuração por instrumento público ou particular, outorgando poderes para representar a empresa participante perante a Administração Pública municipal.

11.7.4. Em se tratando de pessoa física, deverá ser apresentado o documento de identificação oficial.

*11.8. A resposta à impugnação será divulgada através de comunicado a todos as empresas participantes via **correio eletrônico** e pelo **site oficial** do município, e, caso a legislação assim determine em determinados casos, também através da publicação na Imprensa Oficial e em jornais de grande circulação.*

11.9. A participação nesta chamamento implica em aceitação integral e irrestrita dos termos deste Edital, dos regulamentos administrativos, das normas técnicas e, principalmente, das exigências e penalidades contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações." (destacamos)

Mister salientar que o petítório de impugnação não se fez acompanhado da documentação prevista taxativamente no item 11.7 do Edital, circunstância que além de infringir às normas editalícias, impede até mesmo a verificação da validade da impugnação e da existência de poderes para a prática do ato, em nome da pessoa jurídica qualificada no preâmbulo, por parte dos pretensos procuradores descritos ao final do documento.

Conforme se observa, os subscritores da Impugnação – Drs. Andersson Leão OAB/MG 93.930 e Francisco de Assis do Carmo OAB/MG 85.623 – pleitearam a concessão de prazo de 15 (quinze) dias para juntada do instrumento procuratório e atos constitutivos da impugnante. Cediço que “O advogado, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período” (art. 5º, §1º, do Estatuto da OAB, Lei nº 8.906/94); não obstante isso, tal permissivo agasalha a concessão de prazo para apresentação do instrumento do mandato, e não dos demais documentos que deveriam instruir a impugnação.

A Lei nº 8.666/93 consagra em seu art. 41 o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com o qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Cediço que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, sendo a sua observância exaltada de forma iterativa nos julgados das cortes de contas pátrias, especialmente o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, donde se extrai o seguinte aresto:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE

Avenida Prefeito Dr. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, bairro Centro
Conselheiro Lafaiete –MG – 36400-026
Tel. (31) 3769-2533



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

TRANSPORTE DE GRUPOS CULTURAIS E ESPORTIVOS. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ARQUIVAMENTO. O administrador deve observar os princípios da legalidade, igualdade e vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 3º da Lei n. 8.666/1993. (DENÚNCIA n. 1058478. Rel. CONS. SEBASTIÃO HELVECIO. Sessão do dia 11/06/2019. Disponibilizada no DOC do dia 11/07/2019) (destacamos)

Sem divergir de tal posicionamento, assim já se pronunciou o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

LICITAÇÃO - EDITAL - VINCULAÇÃO. O edital, como instrumento convocatório, não pode ser descumprido, pois às suas normas e condições, encontra-se estritamente vinculada a Administração e bem assim os interessados em participar da licitação. Pelos princípios que regulam a licitação, ainda que pareça excessiva e rigorosa a exigência do edital, desprezará-la em prol de um ou alguns dos concorrentes em detrimento dos demais que a cumpriram, atenta, ao mesmo tempo, contra dois de seus pilares básicos: o da igualdade entre os concorrentes, que determina seja dispensado tratamento isonômico aos concorrentes e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, lei específica de regência. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.00.297850-0/000, Relator(a): Des.(a) Geraldo Augusto, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/2003, publicação da súmula em 21/03/2003) (destacamos)

Destarte, ausentes os pressupostos de admissibilidade, não deve ser conhecida a impugnação.

III. Do poder/dever da administração de rever, de ofício, seus atos administrativos, por motivo de conveniência e oportunidade

De acordo com o que fora assentado no tópico anterior, cediço que o exame positivo de admissibilidade é condição essencial para o conhecimento de impugnação, descabendo falar em admitir pretensão impugnatória quando não atendidos os pressupostos intrínsecos e extrínsecos aplicáveis.

O não recebimento de impugnação em caso de não atendimento aos pressupostos de admissibilidade é uma exigência dos princípios da segurança jurídica e da isonomia, que devem ser respeitados e observados nos processos administrativos licitatórios.

Entretanto, independentemente de impugnação ou outro meio de provocação, não se deve olvidar do poder/dever imposto à Administração Pública de controlar seus próprios atos, revendo-os e anulando-os quando houverem sido praticados com alguma ilegalidade, ou revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade.

Trata-se do princípio da autotutela, corolário do princípio da legalidade administrativa, expresso no art. 53 da Lei nº 9.784/99, assim como na Súmula nº 473 do STF. Confira-se:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

"Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos."

"Súmula nº 473/STF. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

A possibilidade de retratação de ato administrativo mediante provocação não se confunde, tampouco mitiga o poder-dever da administração de rever um ato ilegal por ela praticado, tão logo verificá-lo, independentemente de provocação. O mesmo se aplica em relação à revogação e alteração de atos que, por motivo de conveniência ou oportunidade, não mais atendam aos interesses da Administração Pública.

Diante disso, a fim de garantir que o certame seja processado e julgado em estrita conformidade com o princípio básico da legalidade e considerando que é vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame (art. 3º, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93), resolve-se analisar as razões que chegaram ao conhecimento da Administração, através do arrazoadado da INOVE AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI, para modificação do edital e/ou adoção de outras providências cabíveis, de ofício, se este for o caso.

III.1. Das exigências de habilitação no certame

O julgamento da impugnação consiste em verificar, num primeiro plano, se há vício no instrumento convocatório em virtude da não inclusão de exigência de qualificação técnica apontada pelo Impugnante no rol de requisitos para habilitação no certame, mais precisamente a apresentação de atestado de capacidade técnica.

Acerca dos processos licitatórios, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 preconiza em seu art. 37, inciso XXI, que as exigências de qualificação técnica e econômica serão permitidas desde que indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Em nível infraconstitucional, a Lei nº 8.666/93 contempla disposições específicas acerca da documentação relativa à qualificação técnica, trazendo de forma expressa os limites para exigências dessa natureza, *in verbis*:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação,

Avenida Prefeito Dr. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, bairro Centro
Conselheiro Lafaiete -MG - 36400-026
Tel. (31) 3769-2533



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

(...)” (destacamos)

Abordado a temática, Marçal Justen Filho leciona na obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª ed. Editora Dialética:

“A Lei nº 8.666 disciplinou de modo minucioso a matéria da qualificação técnica. Um dos caracteres mais marcantes da Lei nº 8.666 foi a redução da margem de liberdade da Administração Pública nesse campo e a limitação do âmbito das exigências. Buscou evitar que exigências formais e desnecessárias acerca da qualificação técnica constituam-se em instrumento de indevida restrição à liberdade de participação em licitação.”

Pois bem.

Compulsando detidamente o instrumento convocatório e Anexo I - Termo de Referência, observa-se terem sido incluídas pela Secretaria Municipal de Defesa Social, responsável pelo certame, dentre as especificações técnicas dos serviços, uma série de obrigações a serem observadas pela empresa selecionada para futura execução da permissão (*vide* itens 7 e 8 do Anexo I – Termo de Referência), como forma de garantir a qualidade da futura dos serviços de transporte público coletivo.

Dispõe explicitamente do Edital acerca da necessidade de atendimento às condições de execução estabelecidas, e das consequências da sua inobservância. Confira-se:

“4.2. A participação no procedimento implica aceitação integral e irrestrita dos termos deste Edital, dos regulamentos administrativos, das normas técnicas e, principalmente, das exigências e penalidades contidas na Lei Federal nº. 8.987/1995 e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações”.

“14.1. Pela inexecução total ou parcial do instrumento contratual o CONTRATADO sujeitar-se-á as penalidades previstas na lei 8.666/93 e especificadas no contrato.”

“14.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão em qualquer tempo, através de ato unilateral e escrito da empresa contratada, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

observados os artigos 79, §2º e §5º, e 80, todos da Lei Federal nº. 8.666/93, assegurando o contraditório e ampla defesa."

"14.3. O não cumprimento das obrigações contratuais resultará em multa nos termos do respectivo contrato."

"16.3. Fica a empresa interessada responsável civil e criminalmente, por todo e qualquer dano decorrente da execução do objeto contratado e, especialmente, por eventuais acidentes pessoais, devendo, para tanto, estar assegurado por apólice de seguro."

A Lei de Licitações, em seu art. 30, *caput*, preconiza que a documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á ao rol estabelecido nos incisos do dispositivo de lei; entretanto, conforme exegese inequívoca, a lei não é vinculativa no sentido da obrigatoriedade de exigência de tais requisitos, cabendo ao ente promotor da licitação estabelecer, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, as condições de habilitação cabíveis para o certame.

Nem se cogite que a não exigência de atestado de capacidade técnica, fulcrada no permissivo contemplado no art. 30, *caput*, da Lei de Licitações, significaria que o vencedor do certame poderá prestar os serviços em padrão inferior de qualidade ou que tal circunstância implicaria risco à "segurança na prestação de serviços".

Os atestados de capacidade consistem em meio de prova de que o licitante executou o objeto licitado em outra oportunidade e que tal execução foi a contento, assegurando à Administração licitadora que seu parceiro contratual possui, de certo modo, experiência técnica na execução de um objeto contratual. Todavia, o que garantirá a prestação de serviços de forma esmerada e em conformidade com as exigências editalícias é a fiscalização, a cargo da Administração Pública, que deverá ser realizada rigorosamente com o fito de se assegurar a perfeita execução do objeto, consequentemente, a "prestação de serviço adequado ao pleno atendimento aos usuários, satisfazendo condições como regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, atualidade, generalidade e cortesia, nos termos do art. 6º da Lei nº. 8.987/1995" (item 8.1 do Anexo I – Termo de Referência).

Frisa-se, ademais, que o critério de seleção do certame consiste em julgamento por **maior pontuação técnica**, conforme critérios estabelecidos pela Secretaria Solicitante, descabendo ilações no sentido de que o procedimento é alheio à necessidade de seleção qualitativa dos participantes.

Ao influxo de tal raciocínio, considerando se tratar de ato discricionário do ente licitante a delimitação dos requisitos de habilitação técnica no certame, o preceito constitucional no sentido da limitação das exigências de qualificações técnica e financeira às mínimas necessárias para a execução (art. 37, inciso XXI, da CRFB/88), e, ainda, as peculiaridades do caso concreto, com a ausência de sinalização e justificativa do setor técnico da Secretaria solicitante do certame no sentido da exigência dos documentos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

versados na impugnação, descabe se falar em modificação das exigências de habilitação no certame, como forma de exaltar a aplicação dos princípios da competitividade, da isonomia, da proporcionalidade e da razoabilidade no presente procedimento.

III.2. Da alegação de violação à Lei nº 8.987/95

Com a devida vênia ao entendimento contrário, tem-se não assistir razão ao Impugnante, também, ao alegar que o Chamamento Público Simplificado encontra-se em desconformidade com o ordenamento jurídico, e que sua realização, nos moldes atuais, implicaria violação à Lei nº 8.987/95.

Como é cediço, considera-se **concessão** de serviço público a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado (art. 2º, inciso II, da Lei nº 8.987/95).

Todavia, exsurge dos processo administrativo as razões que fundamentam a realização do presente Chamamento Público, para futura exploração do serviço público de transporte coletivo urbano e rural do Município de Conselheiro Lafaiete, a título precário, sob a forma de **permissão**. Confira-se, pois, os elementos justificativos explicitados no Anexo I – Termo de Referência:

"2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1. *Permissão de serviços públicos de transporte coletivo urbano e rural, mediante administração e exploração dos serviços de transporte coletivo regular de passageiros no Município de Conselheiro Lafaiete, nos termos da Lei Federal nº. 8.987/1995;*

2.2. *A prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros compreenderá a mobilização, operação, conservação, limpeza, manutenção e reposição dos veículos, bem como dos equipamentos e instalações indispensáveis à prestação do serviço de maneira contínua e regular, por período emergencial, em decorrência da paralisação da prestação dos serviços pela concessionária;*

2.3. *A permissão da prestação de serviço público será explorada mediante cobrança de tarifa definida por lei e reajustada pelo Decreto Municipal nº 64 de 31 de março de 2021.*

2.4. *Permissão de serviço público mediante delegação, a título precário, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, conforme art. 2º, inciso IV da Lei nº. 8.987/1995;*

2.5. *A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato, que observará os termos da Lei nº. 8.987/1995, das demais normas pertinentes e do edital, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente;*

2.6. *A permissão de serviço será formalizada mediante dispensa de chamamento e terá prazo de vigência enquanto mantidas as condições emergências do Decreto Municipal nº. 0009/2021.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

3. JUSTIFICATIVA

3.1. CONSIDERANDO que a atual concessionária Viação Presidente Lafaiete Ltda. foi notificada para restabelecimento da prestação dos serviços no mínimo em 30% do total da frota, em obediência aos preceitos legais para os serviços essenciais, tendo as notificações ocorrido nos dias 26 de novembro de 2020, 01 de dezembro de 2020, 07 de janeiro de 2021 e 08 de janeiro de 2021, não havendo atendimento, conforme certificado pelo Departamento Municipal de Trânsito e Transporte;

3.2. CONSIDERANDO que a empresa Viação Presidente Lafaiete Ltda. em diversas oportunidades desde o mês de novembro de 2020 vinha exercendo as atividades com sua frota reduzida, inclusive ao mínimo essencial definido em Lei em virtude de paralisação por greve de seus funcionários;

3.3. CONSIDERANDO que a empresa suspendeu a prestação de serviços sem notificação, tendo sido certificado pelo Departamento Municipal de Trânsito e Transporte, inclusive, o abandono das dependências físicas da empresa;

3.4. CONSIDERANDO que o transporte coletivo urbano e rural municipal é serviço público de natureza essencial cuja prestação não pode sofrer solução de continuidade;

3.5. CONSIDERANDO a declarada de situação de emergência para evitar a iminência de ingresso em Estado de Calamidade Pública com a efetivada paralisação dos serviços de transporte coletivo urbano e rural no Município de Conselheiro Lafaiete, conforme Decreto Municipal nº. 09, de 18 de janeiro de 2021;

3.6. CONSIDERANDO que as hipóteses de emergência autorizariam contratação emergencial por Dispensa de Chamamento, mas que tal modalidade restringe a competição e torna menos isonômica e transparente a contratação;

3.7. CONSIDERANDO entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.001.104 SÃO PAULO, que entendeu que a licitação pode ser dispensada em casos de situações excepcionais, devidamente comprovadas, para implemento de transporte público coletivo;

3.8. CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 6.043 de 30 de março de 2021 autorizou os veículos do Transporte Escolar no Município de Conselheiro Lafaiete a realizarem transporte coletivo alternativo ao transporte público, enquanto perdurar a prestação irregular deste serviço essencial, bem como durante o estado de calamidade pública relacionado ao Covid-19;

3.9. CONSIDERANDO, por fim, que a contratação acima descrita foi realizada de modo precário e emergencial, sendo imperiosa a necessidade urgente e iminente a contratação de empresa especializada para restabelecimento dos serviços de transporte coletivo no Município de Conselheiro Lafaiete através de empresa;

3.10. CONSIDERANDO que A seleção se aplica em face de não haver disputa de preço envolvido, já que se tratar de tarifa pública definida em lei." (destacamos)

Avenida Prefeito Dr. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, bairro Centro
Conselheiro Lafaiete - MG - 36400-026
Tel. (31) 3769-2533



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

Encontra-se em vigor, no âmbito do Município de Conselheiro Lafaiete, o Decreto Municipal nº 9, de 18 de janeiro de 2021, por meio do qual:

"Art.1º. Fica declarado Estado de Emergência no transporte coletivo urbano e distrital face à paralisação total da prestação dos serviços mencionados na presente data, o que faz para afastar Estado de Calamidade Pública dos serviços essenciais no Município de Conselheiro Lafaiete, em evidentes prejuízos de todos aqueles que dependem do transporte coletivo".

Dispõe referido diploma acerca das medidas a serem adotadas pela Administração Pública Municipal em razão da declaração do estado de emergência no transporte coletivo:

"Art.3º. Fica declarada a urgência e a Secretaria Municipal de Defesa Social autorizada a deflagrar processo de contratação de empresa de transporte coletivo para atender a situação de emergência ora declarada, na condição de permissão precária, via critérios de credenciamento na forma de edital destinado exclusivamente ao atendimento das demandas causadas pela situação apurada ora deflagrada, até que o restabelecimento do serviço essencial seja alcançado satisfatoriamente na forma da Lei.

Art.4º. Em virtude de urgência ora declarada, fica autorizada a redução de prazos para a contratação emergencial.

Art.5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo dado por publicado com sua fixação no quadro de avisos da Administração e no site do Município, com oportuna publicação no órgão oficial." (destacamos)

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - STF, por ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário nº 10001104, o implemento de transporte público coletivo pressupõe prévia licitação, salvo situações excepcionais, devidamente comprovadas:

TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO – LICITAÇÃO – FORMA ESSENCIAL. Salvo situações excepcionais, devidamente comprovadas, o implemento de transporte público coletivo pressupõe prévia licitação. (RE 1001104 / SP - SÃO PAULO, RECURSO EXTRAORDINÁRIO, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Julgamento: 15/05/2020, Publicação: 19/06/2020, Órgão julgador: Tribunal Pleno) (destacamos)

Diante de tais premissas, inexistia falar em ofensa ao ordenamento jurídico, tampouco à Lei nº 8.987/95, no que se refere à realização do presente Chamamento Público, porquanto fulcrado nas disposições do Decreto Municipal nº 9/2021 e em consonância com a jurisprudência do STF, tendo em vista se tratar de certame visando a seleção de interessados na permissão, a título precário, da exploração do serviço público de transporte coletivo urbano e rural no Município de Conselheiro Lafaiete.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

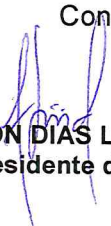
Por fim, não é demais salientar que o Município de Conselheiro Lafaiete procederá, na forma legal, à deflagração de licitação na modalidade concorrência, para concessão de serviço público de transporte coletivo, sendo certo que a contratação emergencial decorrente do presente certame, temporária e a título precário, em nada afetará a plena observância das regras contidas na Lei nº 8.987/95 por ocasião do processo licitatório definitivo.

IV. Conclusão

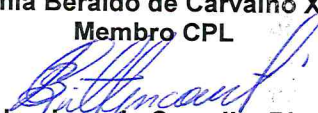
Diante do exposto, a Comissão Permanente de Licitação resolve:

- a) Verificada a ausência dos pressupostos de admissibilidade, não conhecer a Impugnação interposta por INOVE AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI, conforme termo apartado;
- b) Apreciar, de ofício, as razões que chegaram ao conhecimento da Administração, e, diante da inexistência de ilegalidade/irregularidade, deixar de proceder com as modificações no Edital pretendidas pelo Impugnante, porquanto descabidas.
- c) Dar ciência ao Impugnante acerca do inteiro teor desta decisão, via e-mail, publicando-se no site do Município de Conselheiro Lafaiete a ata do julgamento.

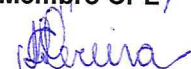
Conselheiro Lafaiete/MG, 12 de maio de 2021.


ALISSON DIAS LAUREANO
Presidente da CPL


Kenia Beraldo de Carvalho Xavier
Membro CPL


Paulo Henrique de Carvalho Bittencourt
Membro CPL


Isabella Gomes de Vargas e Lima
Membro CPL


Ana Flávia de Oliveira Pereira
Membro CPL (Suplente)

